



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

RELATÓRIO DO LANÇAMENTO DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA NO SECTOR EXTRACTIVO (ITSE)



21 de Outubro de 2020

1. INTRODUÇÃO



O Índice de Transparência no Sector Extractivo (ITSE) é uma iniciativa do Centro de Integridade Pública (CIP) com o objectivo de promover a boa governação na esfera pública, através do sector extractivo, com base na transparência e responsabilização abrangente.

Tendo em vista a materialização do objectivo supracitado, o CIP realizou um evento público de Lançamento da primeira edição do ITSE, a 21 de Outubro de 2020, no Centro de Conferências da Tmcel localizado na cidade de Maputo.

O evento contou com a presença de 98 participantes representando várias entidades relevantes para o sector extractivo em Moçambique nomeadamente: o Ministério da Economia e Finanças, o Ministério dos Recursos Minerais e Energia, a Embaixada da Noruega, a Total Moçambique, a Vale Moçambique, a Kenmare Moma Mining, a Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), o Instituto Nacional de Petróleos (INP), a Montepuez Rubi Mining, a Associação de Mineiros Moçambicanos, a Sasol, parceiros de cooperação e organizações da sociedade civil. Do ponto de vista de género estiveram presentes 38 mulheres e 60 homens (lista em anexo).

O Director Executivo do CIP, Edson Cortez, na sua intervenção de abertura, mencionou a importância do sector extractivo para o futuro de Moçambique nos seguintes termos: “o sector extractivo tornou-se um sector que todos pensam que será a locomotiva de desenvolvimento, o que cria expectativas no cidadão comum, nas empresas moçambicanas, nas multinacionais e nas elites. Se todo esse processo de gestão de expectativas não for feito de forma transparente pode criar conflitos”. Referiu também que a transparência não se refere apenas

ao Governo, mas também às instituições públicas, empresas, comunidade e a outros sectores. Daí que a análise esteja concentrada nas empresas. Disse ainda que o ITSE 2019-2020 é o primeiro de muitos que virão nas próximas edições.

A embaixadora da Noruega, Anne Lene Dale, em notas de abertura enfatizou a necessidade de garantir, de forma transparente, o acesso aos benefícios dos recursos naturais a todos os cidadãos e reforçou a importância da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (EITI) neste processo.

Anne Lene Dale reforçou que a transparência e o acesso público da informação sobre o sector extractivo são fundamentais. “Existe uma ligação clara entre transparência, abertura e luta contra a corrupção”, disse Dale. Ainda acrescentou que o lançamento do relatório do CIP é mais uma contribuição importante que vai fornecer elementos significativos para o debate e o diálogo sobre a matéria.

O porta-voz do Ministério de Economia e Finanças, Alfredo Mutombene, disse acreditar que é sempre importante notar que os recursos naturais são esgotáveis e é preciso não afunilar a economia apenas para a exploração destes recursos. “Precisamos de dar prioridade à agricultura e a transformação dos processos produtivos que são áreas de mão-de-obra intensiva e que abarcam uma boa parte da população moçambicana” acrescentou Mutombene. Reiteirou a abertura do Governo para o contributo do trabalho que a sociedade civil está a fazer na área da indústria extractiva porque contribui bastante para a transparência das contas nacionais. Felicitou mais uma vez o CIP por esta iniciativa de lançamento deste índice de transparência da indústria extractiva.

Por fim, a representante do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, Marcelina Joel, afirmou que é preciso aperfeiçoar os mecanismos de disponibilização de informação sobre os pagamentos feitos pelas empresas ao Estado. Igualmente felicitou o CIP pelo lançamento do ITSE que vai permitir a disponibilização de informação sobre vários aspectos, incluindo os sectores da indústria extractiva.

Neste contexto, o CIP realizou o lançamento do ITSE cujos indicadores gravitam à volta das componentes fiscal, de governação corporativa, social e ambiental.

2. OBJECTIVOS

2.1 Geral

O objectivo principal do CIP ao realizar o evento de lançamento do ITSE é de contribuir para que a informação sobre sector extractivo em Moçambique seja disponibilizada à sociedade de forma detalhada, simples, atempada e numa base de projecto a projecto.

2.2 Específicos

- a. Elaborar um ranking das empresas mais transparentes a nível do sector extractivo na vertente fiscal, governação, social e ambiental;
- b. Analisar a qualidade da informação disponibilizada pelas empresas do sector nessas vertentes;
- c. Avaliar o grau de abertura das empresas às comunidades que hospedam projectos do sector extractivo e aos demais interessados.

3. TEMAS APRESENTADOS

3.1 Relevância da Transparência no Sector Extractivo



3.1.1 Sobre este ponto, Francois Valerian, membro do Conselho Internacional da Transparência Internacional e antigo observador do Conselho Director da EITI referiu que a indústria extractiva tem que ser transformada para o bem estar da população.

Referiu ainda que o índice lançado pelo CIP, vai permitir a disponibilização de informação que é necessária para se poder medir os lucros, exemplificando que se a partilha com o Estado é feita através de taxas, então é preciso que haja informação sobre a rentabilidade para se medir o lucro e também para garantir que a transferência dos preços não esteja a transferir os lucros para outras rubricas com menores taxas. Continuando, Valerian frisou o seu posicionamento através das seguintes questões:

- a. Será que as taxas correspondem aos lucros?
- b. Será que as empresas são sérias na luta e prevenção contra a corrupção?
- c. Existem mecanismos de reclamação nas empresas?
- d. As empresas publicam informação sobre quem são os accionistas?

Estas questões precisam de ser respondidas através da disponibilização de informação para que a sociedade civil possa verificar.

Continuando, afirmou que as receitas do sector extractivo em Moçambique são de aproximadamente um bilião de dólares por ano. Chamou atenção para o facto de anualmente vários biliões de dólares fluírem ilicitamente dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos onde são investidos na indústria imobiliária. "Isto não é no que a indústria extractiva deve ser transformada" - frisou. A partilha deve ser feita com a população de onde são explorados os recursos. Igualmente é necessário conhecer os países dos accionistas das empresas, saber como é que são pagos os subsidiários locais, haver partilha de informação sobre os impostos, o investimento local e de informação desagregada por país e por projecto.

Para finalizar, Valerian disse que o sector extractivo é uma chance para Moçambique, daí que é

importante que as empresas sejam transparentes. A existência de organizações da sociedade civil vibrantes, tal como o CIP, é encorajadora e uma oportunidade para o desenvolvimento do sector extractivo.

3.1.2 Luís Mahoque, representante da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) em Moçambique, também se debruçou sobre a relevância da transparência no sector extractivo. Mahoque explicou que ITIE é um mecanismo de promoção de transparência e gestão responsável das receitas provenientes do sector extractivo, com vista a permitir o uso adequado e monitorável dos mesmos e contribuir para a estabilidade económica e política dos países produtores de tais recursos. Ele, louvou o trabalho que o CIP está a fazer, realçando a importância da transparência por parte dos governos e das empresas do sector de minas e petróleo e a necessidade de aprimorar a gestão das finanças públicas.

Segundo Mahoque, a ITIE é relevante na medida em que os dados dos relatórios elaborados podem ser usados por diferentes partes interessadas na transparência e na prestação de contas na gestão do sector extractivo e dessa forma reforçar o combate à corrupção. Nesta perspectiva, para Mahoque, diferentes partes que podem utilizar os relatórios são:

- **Comunidades locais:** para monitorar a utilização de receitas visando uma justa partilha de benefícios, relativamente à percentagem de 2.75% alocadas pelo Governo para o desenvolvimento comunitário;
- **Mídia:** os órgãos de comunicação social podem usar a informação para massificá-la e alimentar conhecimento e debate público de qualidade sobre o sector extractivo e a sua contribuição para o desenvolvimento socioeconómico do país;
- **Sociedade Civil:** pode usar a informação para monitorar os processos de governação do sector extractivo, nomeadamente na monitoria da contribuição do sector extractivo na melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos, em particular nas áreas sociais e económicas;
- **Parlamento e Assembleias Provinciais:** para melhor se informarem sobre a governação do sector extractivo e, assim, realizarem a sua actividade fiscalizadora com sólido conhecimento de causa;
- **Academia:** pode-se usar os dados para trabalhos científicos sobre o desenvolvimento do sector extractivo.

4. Ranking de Transparência das Empresas do Sector Extractivo



Inocência Mapisse, pesquisadora do CIP, explicou que numa primeira fase não seria apresentado propriamente um ranking, mas seria por ela feita uma apresentação da metodologia usada pelo CIP para o apuramento do Índice de Transparência das Empresas do Sector Extractivo em Moçambique 2019-2020. (em anexo).

O Ranking seria apresentado num momento a posterior onde também seriam premiadas as empresas consideradas transparentes.

Iniciou por definir o ITSE, tendo referido que é um instrumento que visa trazer as empresas mais transparentes no sector extractivo, essencialmente o sector mineiro e de hidrocarbonetos. Referiu que a expectativa é que o instrumento sirva em duas vertentes: (i) como instrumento de consulta para monitoria da transparência e (ii) como um instrumento de pressão para que as empresas disponibilizem cada vez mais informação (projecto a projecto).

Prosseguindo, Inocência afirmou que a intenção do CIP com o índice é de incentivar as empresas a disponibilizar informação projecto a projecto. Acrescentou que para a construção do índice, quatro componentes foram tidas em conta, nomeadamente a componentete fiscal, governação corporativa, social e ambiental.

Prosseguindo deu a explicação sobre a metodologia usada, tendo dito que a mesma seguiu quatro critérios, nomeadamente: i) Consulta às empresas do sector de hidrocarbonetos e mineiro; ii) Desk review; iii) Colecta de informação; e iv) Análise qualitativa e quantitativa da informação recolhida.

Para além da metodologia, informou aos convidados sobre as empresas avaliadas, sendo para a área de hidrocarbonetos as seguintes: Total Moçambique, ENI, SASOL Petroleum Temane, ExxonMobil e ENH. Para o sector mineiro foram as seguintes empresas: Vale Moçambique, Kenmare Moma Mining, Montepuez Rubi Mining, Haiyu Mozambique Mining Company, Empresa Moçambicana de

Exploração Mineira; ICVL Zambeze e Jindal África.

Para finalizar, explicou detalhadamente como foi feito o cálculo do ITSE, componente por componente, seguido do resultado médio por cada componente que foi de 29% no geral. Por componente o índice foi de 9% Ambiental, 8% Social, 5% Governação corporativa e 7% Fiscal.

5. PAINEL DE DISCUSSÃO



5.1 Pontos Discutidos

- Durante o evento, decorreu um debate de cerca de 30 minutos no qual a moderadora, Elvira Matsinhe, anunciou os membros do painel de discussão sendo os seguintes: Florival Mucave, Presidente da Câmara de Gás e Comércio, e Alfredo Mutombene, porta-voz do Ministério da Economia e Finanças. Perguntou quais eram as suas primeiras impressões relativamente à metodologia do ITSE e quais os seus pareceres em relação à pertinência do índice para transparência do sector da indústria extractiva, principalmente na vertente do direito ao acesso a informação.
- Florival Mucave cumprimentou os presentes e disse que como primeira análise a iniciativa é louvável e que o ITSE vai aprimorar os instrumentos já existentes na Lei do Petróleo e na Lei de Minas. “Não podemos olhar o ITSE de forma separada dos instrumentos jurídicos pois estes apresentam algumas lacunas. Os dados não estão completos, mas são indicativos de um trabalho exaustivo e compreensivo que foi feito sobretudo para se poder entender aquilo que são as dificuldades em termos de transparência na divulgação de informação em Moçambique”, disse Mucave.
- Para Mucave, o ITSE vai determinar a importância do fundo soberano. “Mas por que é que precisamos de um fundo soberano? Talvez a informação transparente do ITSE possa realmente realçar a importância de um fundo soberano na questão de transparência e sobretudo do ponto de vista fiscal.

- Ainda de acordo com Mucave, do ponto de vista fiscal é possível entender mais através do ITSE o que é que se pode fazer do ponto de vista de transparência para que as gerações futuras tenham benefício em relação às receitas do gás, de maneira específica.
- Mucave disse que o ITSE é muito importante especialmente para área de gás e de petróleo mas de maneira geral para a questão ambiental é preocupante. “É importante não amalgamarmos informação. É importante publicar informações verdadeiras para que a informação disponibilizada não seja interpretada de maneiras diferentes”, disse a terminar.
- Alfredo Mutombene explicou a sua posição. Sobre a metodologia disse que tendo tido o primeiro contacto com a metodologia naquele momento, seria difícil fazer uma abordagem mais estruturada. De toda maneira, percebeu que é uma metodologia adaptada, da que já existe, e que se poderia fazer uma crítica à metodologia original e ter algum tipo de resultado do ponto de vista de robustez.
- Mutombene disse que dois principais aspectos chamaram a sua atenção. O primeiro é o intervalo entre os ponderadores: “Realmente foram consultados alguns fundamentos mas os ponderadores têm sempre intervalos subjectivos- por que mais 30% sobre um e por que menos 30% sobre um e determinado indicador? Associados aos ponderadores estão os itens que o índice precisa de recolher para ser calculado. Por exemplo, na área da fiscalidade foi feita a informação referente ao break even point. É preciso ver se essa informação por Lei ou por cultura empresarial deve ser pública ou não. Se não for assim como isso afecta o cálculo do índice? Isso confere maior ou menor robustez ao índice?”
- Para Mutombene, a informação do ITSE é bastante pertinente e impulsiona as empresas para melhor organização e disponibilização de informação sobre as suas actividades de exploração dos recursos naturais. Contribui para as contas nacionais do ponto de vista de indústria extractiva, muito em particular em quatro aspectos que são importantes para a gestão dos recursos naturais: fiscalidade, ambiental, social e governação.
- Depois de os painelistas terem respondido às perguntas, a moderadora do debate realçou que foi a primeira edição do ITSE e que há um trabalho de melhoria que deve ser feito para se chegar a um estado óptimo. Sendo por isso necessária a contribuição de todos, principalmente no aspecto que tem a ver com a metodologia, para que o ITSE não seja interpretado de diversas formas como referiu o painalista Mucave.
- Depois da deixo da senhora Matsinhe, Inocência Mapisse referiu que o ponto forte da metodologia foi o facto de se ter atribuído pesos diferentes a cada um dos elementos e como esteve a destacar o representante do Ministério de Economia e Finanças, as questões fiscais foram fundamentais para a elaboração do ITSE. Mapisse referiu ainda que todos os comentários feitos foram anotados e que serão tidos em consideração para que a segunda edição do ITSE seja mais robusta.
- Saimone Macuiane, em representação do partido RENAMO presente no debate, referiu que o ITSE é importante para o sector extractivo mas tem dúvida se nós como país estamos preparados para tamanha transparência. “Parece que a nossa administração pública não entende o que é desinformação. Tenho a impressão de que desinformação para eles acontece quando é publicada informação que eles não querem que seja pública”, disse Macuiane;
- Moisés Uamusse, representante da Associação dos Mineiros Moçambicanos, também interveio no debate. Felicitou a iniciativa do CIP e disse que como primeiro lançamento é a melhor base para avançarmos, mas sente que em Moçambique há um défice de muitas áreas importantes para a indústria extractiva.

- Uamusse disse ainda que a exploração mineira faz estragos para o ambiente e para os recursos humanos. As pessoas a volta das minas desenvolvem doenças respiratórias que o nosso sistema de saúde não está preparado para tratar.

6. Recomendações

- Saimone Macuaine sugeriu que se tornasse possível perceber através do ITSE se há enquadramento das comunidades locais no quadro de pessoal das empresas de exploração dos recursos naturais e que houvesse formação dos mesmos para poderem trabalhar com mais qualidade;
- Saimone Macuiane sugeriu ainda que os contributos apresentados no evento fossem transformados em Leis;
- Stive Ferrão, da AAAJC, sugeriu que as organizações investigassem mais sobre o facto de as empresas não publicarem informações sobre cada projecto que pretendem exercer em Moçambique pois há uma diretriz da União Europeia de obrigatoriedade de divulgação de informação;
- Stive fez referência à importância de se auscultar também as comunidades locais para além de se focar nos dados apresentados pelas empresas pois existe algo denominado licença social que é obtido através de uma relação sã entre a empresa e a comunidade. “Se não existe capacidade de captar a percepção da comunidade, podemos ter dificuldade em captar mais elementos sobre este assunto social”, disse Stive;
- Uamusse sugeriu a introdução de um outro índice que mostre o impacto da indústria extractiva no ambiente e nos recursos humanos.

7. PREMIAÇÃO

Borges Nhamire, Pesquisador do CIP, apresentou os resultados do ranking elaborado pelo CIP cujos prêmios foram entregues aos vencedores pelo director do CIP, Edson Cortez. A premiação foi a seguinte:

- Primeiro classificado: Kenmare Moma Mining;
- Segundo classificado: Vale Moçambique;
- Terceiro classificado: Total Moçambique;
- Menção honrosa: Montepuez Ruby Mining; e
- Empresa menos transparente: Empresa Moçambicana de Exploração Mineira.



8. ENCERRAMENTO

A cerimónia de encerramento do evento foi dirigida pelo director do CIP, Edson Cortez, tendo este agradecido a presença dos convidados e informou que as críticas tecidas foram anotadas e serão levadas em conta para melhorar a próxima edição do ITSE.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:

